

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

2025



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 22

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou lucro de R\$ 66.062 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 930.422 mil e Ativos Totais de R\$ 1.004.894 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		526.834	262.419
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	526.704	262.329
Outros		35	-
Despesas antecipadas		95	90
Não Circulante		478.060	655.485
Outros Créditos		477.833	655.273
Ativos Fiscais Diferidos	19d	401.371	56.944
Diversos	7	76.462	598.329
Investimentos		227	212
Participações em Coligadas e Controladas:		227	212
- No Exterior	8	227	212
Total do Ativo		1.004.894	917.904
	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante		61.251	1.789
Outras Obrigações		61.251	1.789
Dividendos a Pagar	11c	627	403
Impostos e Contribuições a Recolher	10a	60.624	1.386
Não Circulante		13.221	51.134
Outras Obrigações		13.221	51.134
Passivos Fiscais Diferidos	10a	3.627	35.150
Diversas	10b	9.594	15.984
Patrimônio Líquido		930.422	864.981
Capital Social	11a	500.000	460.000
Reservas de Lucros	11b	430.347	404.912
Ajustes de Avaliação Patrimonial		75	69
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.004.894	917.904

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		846.032	50.635
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	10	10
Outras Receitas Operacionais	16	846.022	50.625
Despesas Operacionais		(1.258.773)	(12.562)
Despesas de Pessoal	13	(11.381)	(4.138)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(5.126)	(3.764)
Despesas Tributárias	15	(3.887)	(3.676)
Outras Despesas Operacionais	17	(1.238.379)	(984)
Resultado Financeiro		51.527	31.827
Receitas Financeiras Líquidas	12	51.527	31.827
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(361.214)	69.900
Imposto de Renda e Contribuição Social	19a	427.276	(27.448)
Lucro Líquido do Exercício		66.062	42.452
Número de Cotas		500.000	460.000
Lucro Líquido por lote de mil cotas em R\$		132,12	92,29

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	400.000	58.120	364.743	60	-	822.923
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	9	-	9
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	42.452	42.452
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	42.461
Aumento de Capital	60.000	(55.659)	(4.341)	-	-	-
Destinações:						
- Reservas	-	2.123	39.926	-	(42.049)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(403)	(403)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	460.000	4.584	400.328	69	-	864.981
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	6	-	6
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	66.062	66.062
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	66.068
Aumento de Capital	40.000	(4.584)	(35.416)	-	-	-
Destinações:						
- Reservas	-	3.303	62.132	-	(65.435)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(627)	(627)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	500.000	3.303	427.044	75	-	930.422

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	66.062	42.452
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6	9
Total do Resultado Abrangente do Exercício	66.068	42.461

Demonstração dos Fluxos de Caixas em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(361.214)	69.900
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(10.175)	(38.459)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10)	(10)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(24.595)	(38.347)
Provisão para Passivos Contingentes	14.430	(102)
Lucro Líquido Ajustado	(371.390)	31.441
(Aumento)/ Redução em Ativos	177.395	(52.313)
(Redução)/ Aumento em Obrigações	459.865	(13.306)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.092)	(19.276)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	264.778	(53.454)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(403)	(468)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(403)	(468)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.	(403)	(468)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	264.375	(53.922)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	262.329	316.251
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	526.704	262.329
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	264.375	(53.922)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

TEMPO SERVIÇOS LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tempo Serviços Ltda. (“Sociedade”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à empresa administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos. A Tempo Serviços Ltda., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro por cotas básico. O lucro por cotas básico é calculado dividindo-se lucro líquido pela quantidade de cotas.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou

quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.9. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Passivos Fiscais Diferidos”.

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 19.

2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e

controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízos fiscais.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Disponibilidades em moeda nacional	909	1.218
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	525.795	261.111
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	526.704	262.329

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Depósitos em garantia de recursos fiscais	29.220	561.079
Impostos e contribuições a compensar	24.910	16.535
Depósitos em garantia de recursos trabalhistas	17.315	16.550
Depósitos em garantia de recursos cíveis	1.500	1.796
Outros	3.517	2.369
Total	76.462	598.329

8. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

Investida	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Cotas (Em mil)	Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de Avaliação ⁽¹⁾	
						2025	2024	2025	2024
Bradescard México S. de R.L.	697.728	2.273.926	100.140	217.990	0,01	227	212	10	10
TOTAL						227	212	10	10

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Sociedade vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem

acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

IV - Movimentação das provisões segregadas por natureza

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2025	72	5.746	-
Atualização Monetária	336	3	12.535
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.868	(5.590)	377.224
Pagamentos	(1.086)	(111)	(329.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.190	48	60.299

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 14 (2024 – R\$ 781) para os processos cíveis, R\$ 143.737 (2024 – R\$ 1.878.061) para os processos fiscais, e para os processos trabalhistas R\$ 119 (2024 – R\$ 0).

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2006 a 2009 lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos. No período foram incluídos no PTI (Programa de Transação Individual), débitos que estavam em discussão na justiça envolvendo amortização de ágio.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Passivos Fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	1.092
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19c)	3.627	35.151
Impostos e contribuições a recolher	60.624	293
Total	64.251	36.536

b) Outras Obrigações – Diversas

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Provisão de honorários advocatícios	7.356	10.166
Provisões Cíveis (Nota 9b)	48	5.746
Provisões Trabalhistas (Nota 9b)	2.190	72
Total	9.594	15.984

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em cotas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 500.000.000 cotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e encontra-se assim distribuído:

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.	500.000.000	460.000.000
Total de Cotas	500.000.000	460.000.000

Em 30 de abril de 2025 houve aumento de capital social no valor de R\$ 40.000 elevando-o de R\$ 460.000 para R\$ 500.000, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas de Reserva de Lucros – Reserva Legal – R\$ 4.584 e Reserva de Lucros – Reserva Estatutária – R\$ 35.416, com a criação de 40.000.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros	430.347	404.912
- Reserva legal ⁽¹⁾	3.303	4.584
- Reserva estatutária ⁽²⁾	427.044	400.328

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos cotistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	66.062	42.452
Reserva Legal	(3.303)	(2.123)
Base de cálculo	62.759	40.329
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	627	403

12. RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Rendimento de Fundos de Investimentos	51.527	31.827
Total	51.527	31.827

13. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Provisões trabalhistas	9.478	1.058
Indenizações trabalhistas	1.901	3.078
Benefícios	3	2
Total	11.382	4.138

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Serviços técnicos especializados	4.503	3.144
Serviços do sistema financeiro	553	496
Outras	70	124
Total	5.126	3.764

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Contribuição à Cofins	3.344	3.161
Contribuição ao PIS	543	515
Total	3.887	3.676

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Receita de Descontos Regulatórios – PTI ⁽²⁾	796.708	-
Atualização monetária ⁽¹⁾	32.646	46.405
Recuperação de despesas	1.233	4.189
Reversões de provisões operacionais e administrativas	3.120	-
Reversões de provisões contingentes	12.315	31
Total	846.022	50.625

(1) Referem-se, basicamente, a atualização de depósitos judiciais de impostos a compensar e variação monetária.

(2) Referem-se, essencialmente, ao reconhecimento de receita de descontos regulatórios decorrente da adesão ao Programa de Transação Individual – PTI com base no artigo 3.11, do Edital RFB / PGFN 25/2024.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Despesas com Encargos Regulatórios – PTI ⁽¹⁾	1.238.239	-
Despesas com contingências	120	648
Patrocínios e Doações	-	223
Serviços de terceiros	4	113
Diversas	16	-
Total	1.238.379	984

(1) Referem-se, essencialmente, ao reconhecimento de despesas com encargos regulatórios vinculados à adesão ao Programa de Transação Individual – PTI com base no artigo 3.11, do Edital RFB / PGFN 25/2024.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidade em Moeda Nacional				
Banco Bradesco S.A.	909	1.218	-	-
Dividendos a Pagar				
Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.	(627)	(403)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Sociedade.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(361.214)	69.900
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas	144.486	(27.960)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas sociedades correspondentes	4	4
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	266.864	261
Outros Valores ⁽¹⁾	15.922	247
Imposto de renda e contribuição social do exercício	427.276	(27.448)

(1) Referem-se, essencialmente, ao reconhecimento de despesas com encargos regulatórios vinculados à adesão ao Programa de Transação Individual – PTI com base no artigo 3.11, do Edital RFB / PGFN 25/2024.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	51.326	(27.942)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	(6.411)	494
Constituição no período sobre:		
Base Negativa de Contribuição Social	143.385	-
Prejuízo Fiscal	238.976	-
Total dos impostos diferidos	375.950	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	427.276	(27.448)

c) Origem dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Provisões cíveis	2.299	3	(2.282)	20
Perdas com estabelecimento	35.405	-	(35.405)	-
Provisões trabalhistas	29	876	(29)	876
Outras provisões	19.211	150	(1.247)	18.114
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	56.944	1.029	(38.963)	19.010
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social ⁽¹⁾	-	382.361	-	382.361
Total dos ativos fiscais diferidos	56.944	383.390	(38.963)	401.371
Passivos fiscais diferidos (Nota 19e)	35.150	3.627	(35.150)	3.627
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	21.794	379.763	(3.813)	397.744

(1) Referem-se, substancialmente, a exclusão de Ganhos em Processos Anistiados decorrente da adesão ao Programa de Transação Individual – PTI com base no artigo 3.11, do Edital RFB / PGFN 25/2024.

d) Projeção de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	2.973	1.784	22.548	13.529	40.834
2027	2.973	1.784	20.965	12.579	38.301
2028	2.967	1.780	19.623	11.774	36.144
2029	2.968	1.781	19.727	11.836	36.312
2030	-	-	21.860	13.116	34.976
2031	-	-	23.438	14.063	37.501
2032	-	-	25.138	15.083	40.221
2033	-	-	26.979	16.188	43.167
2034	-	-	28.978	17.387	46.365
2035	-	-	29.719	17.831	47.550
Total	11.881	7.129	238.975	143.386	401.371

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 339.441 (2024 - R\$ 51.779) sendo R\$ 17.660 (2024 - R\$ 51.779) de diferenças temporárias e R\$ 321.781 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os ativos fiscais diferidos da Tempo Serviços foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

Em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Atualização de depósitos judiciais	35.150	3.627	(35.150)	3.627
Total dos impostos diferidos (Nota 19c)	35.150	3.627	(35.150)	3.627

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024; e
- b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Silvio José Alves

Contador – CRC 1SP202567/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Cotistas e Administradores da

Tempo Serviços Ltda.

Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tempo Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

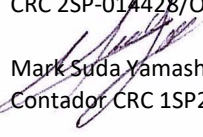
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 17 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9



bradesco

